

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2019



Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	7
Notas explicativas da administração as demonstrações contábeis	12

Relatório de revisão do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Rua Voluntários da Pátria, 89 | 5º andar | Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos

Administradores e acionistas da

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase –Reequilíbrio econômico financeiro extraordinário do contrato de concessão

Chamamos atenção ao assunto descrito na Nota Explicativa nº1 as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a respeito do processo judicial movido pela Companhia contra o Governo do Estado do Rio de Janeiro visando o reequilíbrio econômico financeiro, em caráter extraordinário, do contrato de concessão e aditivos em virtude do aumento excessivo das tarifas de energia elétrica. Encontra-se registrado no ativo não circulante na rubrica “Contas a receber”, o montante de R\$ 193,9 milhões (R\$ 172,9 milhões em 31 de dezembro de 2018) correspondente ao valor da parcela do desequilíbrio econômico financeiro da conta de energia elétrica do período iniciado em dezembro de 2015 a dezembro de 2019, cuja obrigação de ressarcimento/pagamento deve ser atribuída ao Governo do Estado do Rio de Janeiro. Esse desequilíbrio é derivado do aumento de tarifas acima da inflação decorrente de políticas de regulação de preços mínimos realizadas em anos anteriores e da implantação do sistema de bandeiras tarifárias aprovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em 2014, onde o preço unitário da tarifa não previa tal diferenciação no consumo de energia, sendo que a Companhia ingressou com medida judicial visando o ressarcimento e recomposição da margem do contrato de concessão. Os assessores jurídicos da Companhia avaliam a chance de perda como “remota”. Contudo, o recebimento dos recursos está vinculado às negociações entre a Companhia e o Governo do Estado do Rio de Janeiro mediante negociação entre as partes e/ou decisão judicial do processo que tramita na Vara de Fazenda Pública. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos – auditoria do exercício anterior

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, cujos saldos estão apresentados para fins de comparação, foram por nós auditadas, cujo relatório, datado de 01 de fevereiro de 2019, continha ênfase referente às investigações e medidas legais em andamento realizadas pelo Governo Federal e Ministério Público em conexão com a chamada “Operação Lava Jato”. Conforme Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em maio de 2019, a Guarana Urban Mobility Incorporated (GUMI) adquiriu o controle indireto da Companhia por meio da aquisição de 88,7% das ações representativas do capital social da Companhia junto ao ex-controlador que fazia parte do Grupo Odebrecht, alvo da Operação Lava a Jato.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

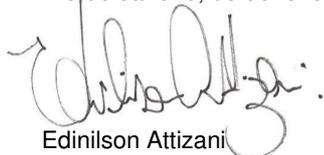
individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 03 de fevereiro de 2020.



Ednilson Attizani

CRC 1SP293.919/O-7 "S" RJ

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1 "S" RJ

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Balanco Patrimonial Em milhares de reais

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018		2019	2018	2019	2018
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	1.083	126	1.176	283	Fornecedores (Nota 10)	65.547	87.155	65.582	87.216
Contas a receber (Nota 7)	114.215	103.692	116.895	107.548	Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	68.549	115.679	68.549	115.679
Estoques	9.687	10.785	9.687	10.785	Salários e encargos sociais	26.331	24.909	26.331	24.909
Sociedades ligadas (Nota 21)	121.586	141.794	90.600	110.459	Parcelamentos (Nota 13)	34.183	60.500	34.183	60.500
Outros ativos	14.189	11.834	14.597	12.242	Concessão a pagar (Nota 11)	4.810	4.810	4.810	4.810
					Sociedades ligadas (Nota 21)	3.207	224.110	3.207	224.110
					Outros passivos (Nota 22)	33.207	22.304	33.207	22.327
	<u>260.760</u>	<u>268.231</u>	<u>232.955</u>	<u>241.317</u>		<u>235.834</u>	<u>539.467</u>	<u>235.869</u>	<u>539.551</u>
Ativos não circulantes mantidos para venda (Nota 2.10)	3.799	3.799	3.799	28.930					
	<u>264.559</u>	<u>272.030</u>	<u>236.754</u>	<u>270.247</u>	Não circulante				
Não Circulante					Fornecedores (Nota 10)	-	-	-	-
Contas a receber (Nota 7)	266.880	236.001	266.880	236.001	Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	763.088	1.194.708	763.088	1.194.708
Tributos diferidos (Nota 14)	75.017	70.593	75.017	70.593	Parcelamentos (Nota 13)	131.629	115.774	131.629	115.774
Depósitos compulsórios e judiciais (Nota 16)	18.879	17.592	18.935	17.637	Concessão a pagar (Nota 11)	13.756	16.075	13.756	16.075
					Provisão para contingências (Nota 16)	68.059	21.210	68.059	21.210
	<u>360.776</u>	<u>324.186</u>	<u>360.832</u>	<u>324.231</u>	Sociedades ligadas (Nota 21)	-	63.467	-	63.467
					Passivo a descoberto em Controlada (Nota 8)	2.423	1.477	-	-
					Outros passivos (Nota 22)	34.912	37.213	34.912	37.213
						<u>1.013.867</u>	<u>1.449.924</u>	<u>1.011.444</u>	<u>1.448.447</u>
					Patrimônio líquido				
					Capital social integralizado (Nota 15)	1.186.087	359.300	1.186.087	359.300
					Reserva de capital	11	11	11	11
					Prejuízos acumulados	(147.808)	(130.980)	(147.808)	(130.980)
	<u>2.023.432</u>	<u>1.945.692</u>	<u>2.048.849</u>	<u>1.946.082</u>		<u>1.038.290</u>	<u>228.331</u>	<u>1.038.290</u>	<u>228.331</u>
Total do ativo	<u>2.287.991</u>	<u>2.217.722</u>	<u>2.285.603</u>	<u>2.216.329</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>2.287.991</u>	<u>2.217.722</u>	<u>2.285.603</u>	<u>2.216.329</u>

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Demonstração do resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Operações				
Receitas (Nota 17)	804.714	743.803	804.714	750.892
Custos dos serviços prestados (Nota 18)	(445.029)	(385.372)	(445.032)	(390.448)
Custo de construção	(100.148)	(103.641)	(100.148)	(103.641)
Lucro bruto	259.537	254.790	259.534	256.803
Despesas com vendas	(1.370)	(2.800)	(1.370)	(2.800)
Despesas gerais e administrativas (Nota 19)	(183.100)	(94.463)	(183.232)	(97.278)
Outras receitas/despesas, líquidas	9.521	8.923	8.719	6.533
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 8)	(946)	(3.240)	-	-
Lucro operacional	83.642	163.210	83.651	163.258
Receitas financeiras (Nota 20)	11.133	13.150	11.141	13.153
Despesas financeiras (Nota 20)	(116.028)	(136.091)	(116.045)	(136.142)
Resultado financeiro	(104.895)	(122.941)	(104.904)	(122.989)
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição s	(21.253)	40.269	(21.253)	40.269
Imposto de renda e contribuição social (Nota 14)				
Corrente	-	-	-	-
Diferidos	4.425	(14.689)	4.425	(14.689)
(Prejuízo) lucro do exercício	(16.828)	25.580	(16.828)	25.580
(Prejuízo) lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)	(0,0001)	0,0007		

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Demonstração do resultado abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
(Prejuízo) lucro do exercício	<u>(16.828)</u>	<u>25.580</u>	<u>(16.828)</u>	<u>25.580</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(16.828)</u>	<u>25.580</u>	<u>(16.828)</u>	<u>25.580</u>

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido – Exercício findo em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Capital social	Capital a integralizar	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Em 01 de janeiro de 2018	379.240	(19.940)	11	(156.560)	202.751
Lucro líquido do exercício	-	-	-	25.580	25.580
Em 31 de dezembro de 2018	379.240	(19.940)	11	(130.980)	228.331
Aumento de Capital social (Nota 15)	826.787	-	-	-	826.787
Prejuízo do exercício	-	-	-	(16.828)	(16.828)
Em 31 de dezembro de 2019	<u>1.206.027</u>	<u>(19.940)</u>	<u>11</u>	<u>(147.808)</u>	<u>1.038.290</u>

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(21.253)	40.269	(21.253)	40.269
Ajustes				
Amortização	58.919	54.347	59.034	54.473
Despesas financeiras	104.894	122.941	104.905	122.988
Provisão (reversão) para contingências	88.644	19.764	88.644	19.764
Equivalência patrimonial	946	3.240	-	-
Prejuízo na baixa de intangível	44	9	44	9
	<u>253.447</u>	<u>200.301</u>	<u>252.627</u>	<u>197.234</u>
Variação nos ativos e passivos				
Estoques	1.098	1.758	1.098	1.758
Contas a receber de clientes	(40.652)	(106.453)	(39.471)	(103.541)
Outros recebíveis	(17.217)	21.552	(17.228)	21.496
Fornecedores	(16.119)	66.836	(16.491)	67.455
Outras obrigações	(63.299)	6.781	(63.341)	6.039
	<u>(136.189)</u>	<u>(9.526)</u>	<u>(135.433)</u>	<u>(6.793)</u>
Caixa gerado pelas operações	96.005	231.044	95.941	230.710
Juros pagos	(149.477)	(108.757)	(149.477)	(108.757)
Impostos de renda e contribuição social pagos	-	-	-	-
Caixa (aplicado) gerado pelas atividades operacionais	<u>(53.472)</u>	<u>122.287</u>	<u>(53.536)</u>	<u>121.953</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Adições do ativo intangível	(69.316)	(64.695)	(69.316)	(64.695)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	<u>(69.316)</u>	<u>(64.695)</u>	<u>(69.316)</u>	<u>(64.695)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Obtenção de empréstimos	5.000	1.840	5.000	1.840
Pagamentos de empréstimos	(451.114)	(62.015)	(451.114)	(62.015)
Aumento de Capital social (Nota 15)	550.000	-	550.000	-
Obtenção de recursos de sociedades ligadas (Nota 21 (ii e iv))	19.859	2.682	19.859	2.682
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	<u>123.745</u>	<u>(57.493)</u>	<u>123.745</u>	<u>(57.493)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	957	99	893	(235)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	<u>126</u>	<u>27</u>	<u>283</u>	<u>518</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>1.083</u>	<u>126</u>	<u>1.176</u>	<u>283</u>

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. ("Companhia" "Concessionária" ou "SuperVia") constituída em 2 de setembro de 1998, detentora de direitos e obrigações decorrentes da concessão para a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros na região metropolitana do Rio de Janeiro e para execução dos investimentos contemplados no Contrato de Concessão e aditamentos posteriores ("Contrato"), no que lhe foi outorgado, em caráter exclusivo, pelo prazo inicial de 25 anos, renovável por igual período. As operações da Companhia foram iniciadas em 1º de novembro de 1998 e abrangem cinco grandes linhas ferroviárias metropolitanas e 270 quilômetros de vias permanentes.

A sede social da Companhia está localizada na Rua da América, 210 - Santo Cristo - Rio de Janeiro - RJ.

Resultado e capital circulante líquido

A Companhia e o Grupo encerram o exercício de 31 de dezembro de 2019, com prejuízo de R\$ 16.828 e com passivo circulante superior ao ativo circulante em R\$ 2.914 (2018 - R\$ 298.234) no Consolidado. A Administração da Companhia tem a expectativa de que o caixa gerado pelas operações do próximo exercício seja suficiente para cobrir este capital circulante líquido negativo.

Alteração do controle da Companhia

A controladora direta da Companhia é a Rio Trens Participações ("RTP" ou Controladora).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, ocorreu a alienação do controle indireto da Companhia, anteriormente detido pela Odebrecht Mobilidade S.A. ("OM") para a Gumi Brasil Participações S.A. ("GUMI"), empresa do Grupo Gumi (Guarana Urban Mobility Incorporated), controlada indireta da Mitsui & co.

Em 28 de maio de 2019, a GUMI, realizou aporte de capital na RTP no valor de R\$ 759.793, sendo R\$ 550.000 em moeda corrente e R\$ 209.793 através de ativos a receber da Companhia convertidos em ações na RTP, adquirindo participação de 77,3 % e o controle da RTP.

Na mesma data, a OTP SPV Participações S.A. ("OTP SPV"), empresa do Grupo Odebrecht, realizou aporte de capital na RTP no valor de R\$ 77.930 através de ativos a receber da Companhia convertidos em ações na RTP, adquirindo participação de 7,7 % do seu capital social.

Ainda em 28 de maio de 2019, a RTP, realizou aporte de capital na Companhia no valor de R\$ 826.787, sendo R\$ 550.000 em espécie e R\$ 276.787 através de ativos a receber da Companhia que foram convertidos em ações (Nota 15 e Nota 21 (iii) e (iv)).

Em 15 de outubro de 2019, a Rio Trens Corporation ("RTC), antes controladora indireta da Companhia, cedeu suas ações para a GUMI na proporção da sua participação em 11,4%, elevando a sua participação para 88,7% do capital social da RTP.

Em 16 de outubro de 2019, a RTC, cedeu suas ações para a OTP SPV na proporção de 3,6%, elevando a participação para 11,3% do capital social da RTP.

Desta forma, a GUMI passou a deter diretamente 88,7% de participação no capital social da RTP e seu controle.

Das atividades e do Contato de Concessão

As atividades da Companhia, tanto em termos de qualidade do serviço, como de fixação tarifária, estão sujeitas ao controle da Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro (AGETRANSP),

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

com exceção das eventuais iniciativas comerciais que forem realizadas nos imóveis abrangidos pela concessão.

Em 28 de junho de 2007, foi assinado o aditamento nº VI ao Contrato de Concessão, estabelecendo mudanças nas obrigações de natureza civil e trabalhista. Estas mudanças referem-se principalmente à obrigação do Estado do Rio de Janeiro no ressarcimento de valores liquidados pela Companhia relativos aos processos que envolvam sucessão.

Em 29 de novembro de 2010, foi assinado o Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a exploração dos serviços públicos de transporte ferroviário de passageiros, que prorrogou o prazo de Concessão, até o dia 31 de outubro de 2048.

Preço da Concessão - O preço total da outorga da Concessão objeto do aditivo, entendido como o valor devido em decorrência de sua prorrogação pelo prazo de 25 anos é de R\$1.240.990 (um bilhão duzentos e quarenta milhões e novecentos e noventa mil reais), cuja composição está apresentada nos Anexos I e II do aditivo nº VIII do Contrato de Concessão, que sucintamente cita:

- O preço da outorga é pago pela Concessionária por meio de dação em pagamento através da realização de investimentos, tais como aquisição de trens, revitalização de via permanente, aquisição de novo sistema de sinalização, etc. Estes investimentos gerarão novas receitas para a Companhia. Sendo certo que estes investimentos, além de atender ao interesse público primário, desonera o Estado da obrigação de realizar tais investimentos no sistema.
- Os investimentos pagos ao Estado são realizados sem majoração da tarifa em vigor e tampouco considerados para efeito de revisão tarifária.

Bens reversíveis - São considerados bens reversíveis, para os fins do aditivo e do Contrato, todos os bens destinados e vinculados à prestação dos serviços objeto da concessão, independentemente de serem propriedade da Flumitrens, Central, Estado ou da Concessionária, a qualquer tempo.

Sucessão - O Estado, em cumprimento à cláusula 24 do Contrato de Concessão, consolidada na cláusula 22 do Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, reconhece que os fatos havidos em data anterior à tomada de posse não serão de responsabilidade da Concessionária.

Demais aditivos ao Contrato de Concessão

Em 25 de agosto de 2014, foi assinado o Nono Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a exploração dos serviços públicos de transporte ferroviário de passageiros, tendo como objeto a permuta de investimentos previstos no Oitavo termo Aditivo, no valor de R\$ 250.000 (duzentos e cinquenta milhões de reais), onde a Companhia deixa de adquirir 10 novos trens e reformar 41 trens antigos e se compromete a reformar seis estações ferroviárias estratégicas para a realização dos Jogos Olímpicos, promovido pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) que foi realizado na Cidade do Rio de Janeiro no ano de 2016, em troca do compromisso do Estado do Rio de Janeiro em adquirir 22 novos trens. As estações ferroviárias foram as de São Cristóvão, Deodoro, Magalhães Bastos, Vila Militar, Ricardo de Albuquerque e Engenho de Dentro.

Em 2015, o Governo do Estado do Rio de Janeiro em cumprimento a obrigação estabelecida no Nono Termo aditivo ao Contrato de Concessão, exerceu o direito estabelecido em contrato com o consórcio chinês liderado pela China National Machinery Import & Export Corp para a compra de mais 10 (dez) trens, que foram entregues pelo Estado em 2016. Também em cumprimento a obrigação estabelecida no Nono Termo aditivo ao Contrato de Concessão o Governo do Estado do Rio de Janeiro licitou a compra de 12 (doze) trens. O vencedor foi a Alstom Brasil Energia e Transportes S.A, o Estado do Rio de Janeiro entregou todos os trens à Concessionária no ano de 2018.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 21 de dezembro de 2017, foi assinado o Décimo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a exploração dos serviços públicos de transporte ferroviário de passageiros, tendo como objeto permitir a realização de investimentos feitos pela Companhia ou sua controlada ou terceiro contratado por esta na exploração contínua de fontes de receitas alternativas, acessórias ou de projetos associados, inclusive decorrente de exploração de centro de compras, serviço de lazer na configuração administrativa autônoma de shopping center ou empreendimento imobiliário nos bens reversíveis de demais áreas integrantes da Concessão. Este aditivo dá segurança jurídica a investimentos realizados por terceiros, que poderão explorar as receitas acessórias até o prazo final da Concessão.

Reajuste de tarifas - As tarifas são reajustadas anualmente, com base na variação do IGP-M publicado pela FGV ocorrida no período de 12 meses imediatamente anteriores, calculado no mês de novembro de cada ano.

A tarifa será objeto de revisão ordinária que independentemente do reajuste tarifário previsto no item anterior e ocorrerá a cada 5 anos ou extraordinária. A revisão extraordinária dar-se-á a qualquer momento na ocorrência de circunstâncias que altere o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Em 02 de fevereiro de 2019, através da deliberação AGETRANSP n.º 1056, considerando o cálculo baseado na variação do IGP-M apurada no período anterior, conforme estabelecido no mecanismo de reajuste anual ordinário, a tarifa foi ajustada para de R\$ 4,60. Em 02 de fevereiro de 2020, através da deliberação AGETRANSP n.º 1120 será reajustada a tarifa para R\$ 4,70, decorrente do reajuste anual ordinário, calculado com base na variação do IGP-M do período anterior.

Desequilíbrio extraordinário do Contrato de Concessão

Em 2014, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL autorizou aumentos extraordinários na tarifa de energia elétrica bem como a instituição das chamadas “Bandeiras Tarifárias”. Tal aumento extraordinário na tarifa de energia desencadeou o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão por ser a energia elétrica um dos principais insumos na operação do sistema de transporte ferroviário. Em 28 de novembro de 2014, conforme disposto na cláusula sétima, B, parágrafo 13, do Contrato de Concessão, a Companhia ingressou junto à AGETRANSP com pedido de revisão extraordinária do Contrato de Concessão. Em junho de 2015, através da Deliberação 678/2015 a AGETRANSP reconheceu o direito da Companhia e recomendou que o Poder Concedente adotasse medidas compensatórias para reequilibrar a Companhia.

Em 28 de dezembro de 2015, o Governo do Estado do Rio de Janeiro – (“ERJ”), editou o Decreto lei nº 7.173/2015 que “Dispõe sobre o resgate, pelo Estado do Rio de Janeiro, de obrigações da Supervia – Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. oriundas do fornecimento de energia elétrica e autoriza sua compensação com créditos tributários já constituídos ou que venham a ser constituídos contra a Light S.E.S.A.”. Dessa forma, o montante da dívida da Companhia, até o mês de novembro de 2015, no valor de R\$ 39 milhões decorrente das faturas de energia elétrica pagas parcialmente, foi liquidado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro perante o concessionário de energia.

Em 17 de novembro de 2016, a Companhia decidiu por ingressar com ação na 16ª Vara de Fazenda Pública, através do processo 0394553-02.2016.8.19.0001, com o objetivo de demandar o ERJ quanto à solução para o reequilíbrio extraordinário do Contrato de Concessão, processo no qual a Light foi incluída no polo passivo da ação, uma vez que a partir de janeiro de 2017 a Companhia passou a realizar o pagamento parcial das faturas de energia elétrica, com base nos critérios estabelecidos pela nota técnica nº 18, de 21 de dezembro de 2015, emitida pela AGETRANSP a fim de determinar a parcela devida pela Companhia e a parcela de responsabilidade do ERJ.

Em 19 de dezembro de 2016, a Light ingressou com pedido de falência contra a SuperVia através do processo 0434451-22.2016.8.19.0001, alegando a insolvência da Companhia pelo não pagamento de parte das faturas de energia elétrica relativas ao segundo semestre de 2016, as quais já eram objeto de discussão no processo 0394553-02.2016.8.19.0001 que tramita na 16ª Vara de Fazenda acima descrito.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 03 de maio de 2017, a 16^o Vara de Fazenda Pública reconheceu que há um desequilíbrio econômico financeiro no contrato de concessão, contudo, negou liminar com antecipação de tutela para que o ERJ assumisse o valor a pagar para a concessionária de energia elétrica, pois o ERJ encontrava-se em crise financeira e não vem conseguindo honrar em dia seus compromissos com o funcionalismo público. Na visão do judiciário, faz necessário analisar a fundo tal questão, sendo prudente o diálogo entre todos os envolvidos.

Em 29 de setembro de 2017, a 16^a Vara de Fazenda Pública intimou a AGETRANSP pelo Ofício 131/2017/OF a se pronunciar no sentido de que fosse informado se as revisões extraordinária e ordinária do contrato de concessão celebrado entre a SUPERVIA e o ERJ, foram efetivas no sentido de estabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do mesmo. Em 30 de outubro de 2017, a AGETRANSP emitiu o OF. AGETRANSP/PGA n^o 038/17, onde informou que o equilíbrio do contrato foi efetivado até novembro de 2015. A Administração da Companhia entende que esse ofício reforça o entendimento que o ERJ é o devedor da diferença da fatura emitida pelo concessionário de energia elétrica, cujo montante em desequilíbrio até a data base 31 de dezembro de 2019 é de 193.913 (R\$ 172.924 em 2018) (Nota 7) reconhecidos nas demonstrações contábeis na rubrica “Contas a receber” no Ativo não circulante.

Em 30 de julho de 2018, a SuperVia celebrou acordo Termo de Quitação e Outras Avenças com a Light Serviços de Energia S.A., homologado judicialmente (Nota 13(c)) para encerramento da ação de falência (0434451-22.2016.8.19.0001) e ações de cobrança ajuizadas pela Light. A celebração do referido acordo: (1) permitiu a migração da Companhia para o Ambiente de Contratação Livre (ACL), solucionando de forma definitiva a situação de desequilíbrio no Contrato de Concessão no que tange aos aumentos extraordinários na tarifa de energia elétrica, e (2) fez com que a Light desistisse do recurso interposto no requerimento de falência e de todas as ações de cobrança ajuizadas contra a SuperVia. O acordo celebrado entre a Light e a SuperVia, acima descrito, não renuncia, sob qualquer aspecto, ao direito pleiteado pela SuperVia na ação que tramita na 16^a Vara de Fazenda, referente ao desequilíbrio econômico financeiro do Contrato de Concessão por valores que cabem ser liquidados pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. Tal acordo foi aditado em 24 de junho de 2019 a fim de repactuar a forma de parcelamento da parte desequilibrada das faturas de energia.

Em 01 de agosto de 2018, após a celebração do Termo de Quitação e Outras Avenças celebrado com a Light, as partes manifestaram-se, conjuntamente, pela desistência da ação apenas quanto à Light, com sua consequente exclusão do polo passivo do processo n^o. 0394553-02.2016.8.19.0001, e o prosseguimento do processo em relação ao Estado.

Em 27 de setembro de 2019, a SuperVia apresentou petição, informando que pretende produzir prova pericial econômico financeira e prova documental superveniente.

Em 18 de outubro de 2019, foi proferida decisão que: (i) homologou o pedido de desistência formulado pela SuperVia, julgando o processo extinto sem resolução do mérito em relação à Light; (ii) entendeu que o julgamento do feito dispensa a produção de outras provas; e (iii) determinou a remessa dos autos ao MP para parecer de mérito.

A emissão dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da SuperVia foi autorizada pela Administração em 03 de fevereiro de 2020.

2 Apresentação das demonstrações contábeis e práticas contábeis adotadas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, exceto quanto ao IFRS 16/CPC 06(R2) e IFRIC 23/ICPC 22.

O IFRS 16/CPC 06(R2) – Operações de arrendamento mercantil, adotado pela Companhia, não resultou em impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A IFRIC 23/ICPC 22 entrou em vigor para os exercícios anuais iniciados após 10 de janeiro de 2019 e esclarece os critérios para mensuração e reconhecimento do IAS 12 – Tributos sobre o lucro. A Companhia avaliou os requerimentos dessa nova interpretação e concluiu que não há impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

O International Accounting Standards Board (IASB) publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, aprovados pelo CPC:

- IFRS 16/CPC 06 (R2): estabeleceu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de arrendamento mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27. A Administração da Companhia concluiu que não existem contratos de arrendamentos operacionais elegíveis para aplicação da referida norma contábil (terrenos, veículos, máquinas, equipamentos e outros), na qualidade de arrendatária, já que ela não possui contratos de arrendamento como arrendadora nem contratos de arrendamento financeiro como arrendatária.
- IFRIC 23/ICPC 22: esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos dos tributos sobre o lucro. A Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinadas, aplicando esta Interpretação. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e entrou em vigência em 10 de janeiro de 2019. Na avaliação da Administração da Companhia, não identificou impactos significativos na adoção desta interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento dos tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de tribunais administrativos e judiciais.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos, que é ajustado para refletir a mensuração do valor justo em determinados ativos e passivos financeiro.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia e de sua controlada no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Moeda funcional de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.2 Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e sua controlada SC Empreendimentos e Participações S.A..

Nas demonstrações contábeis consolidadas foram eliminados o investimento (passivo a descoberto) na proporção da participação da Companhia no patrimônio líquido e nos resultados da controlada, os saldos ativos, passivos, as receitas e as despesas entre as empresas.

Nas demonstrações contábeis individuais, o investimento na controlada é ajustado pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais, quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

A Companhia e sua controlada classificam todos ativos sob a categoria do custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Os ativos financeiros (não derivativos) são com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia e de sua controlada compreendem "Contas a receber de clientes", (Nota 7) "Sociedades ligadas" (Nota 21), "Depósitos compulsórios e judiciais" (Nota 16) e "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 6).

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia e sua controlada se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado e, subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.4.3 Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia, nas datas do balanço, se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro não é recuperável. Um ativo financeiro é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante.

2.5 Passivos financeiros

2.5.1 Classificação, reconhecimento inicial e mensuração passivos financeiros

A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, concessões a pagar e sociedades ligadas. A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

2.5.2 Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado (opção de valor justo no reconhecimento inicial).

2.5.3 Empréstimos e financiamentos

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.5.4 Debêntures

As debêntures emitidas pela Companhia estão contabilizadas a valor de custo, atualizados monetariamente de acordo com o método de taxa efetiva, acrescidos de variações monetárias, conforme variação do IPCA + 7,5% ao ano.

2.6 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de usuários e poder concedente pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e sua controlada. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de usuários são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de crédito esperadas ("PCLD").

2.7 Estoques

Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas e são avaliados ao custo médio de aquisição, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização, sendo classificados no ativo circulante, pois são utilizados em menos de 12 meses.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.8 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado, ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.9 Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Nessas situações, não havendo a possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia, esses depósitos são atualizados monetariamente (Nota 16).

2.10 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes da Companhia referem-se a terrenos localizados no Estado do Rio de Janeiro e são classificados como ativos mantidos para venda. A Companhia entende que seu valor contábil é recuperável e estão contabilizados pelo valor de custo de aquisição. Esses terrenos encontram-se em processo de venda e a Administração da Companhia estima que a conclusão da negociação ocorra em 2020.

2.11 Ativos intangíveis

(a) Ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão

Os ativos intangíveis constituídos em decorrência do contrato de concessão e seus aditivos são registrados em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“ICPC 01”) e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (“OCPC 05”), correlacionadas à norma interpretativa internacional IFRIC 12 - Contrato de Concessão.

Os ativos intangíveis são registrados com base no valor justo dos investimentos efetuados pela Companhia na aquisição, melhoria e formação da infraestrutura, e são reconhecidos a partir da data em que se encontram disponíveis para serem utilizados nas operações da Companhia e, até este momento, os investimentos realizados são classificados como intangível em construção.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, em função da curva de demanda de passageiros. Informações adicionais sobre a contabilização de ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão são apresentadas na Nota 9.

(b) Direitos de outorga da concessão

O direito de explorar a concessão, oriundo do contrato cujo prazo inicial de vigência encerrava-se no dia 31 de outubro de 2023, foi reconhecido na rubrica "Outorga da concessão", no ativo intangível. As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros estão registradas no passivo circulante e não circulante (Nota 11).

A amortização do direito de outorga da concessão é calculada linearmente com base no prazo da concessão.

O direito de outorga decorrente do oitavo aditivo contratual, conforme referido na Nota 1, que prorrogou o Contrato para 31 de outubro de 2048, no qual o preço da outorga é pago pela Companhia por meio de dação em pagamento através da realização de investimentos ao longo do prazo previsto no aditivo, é tratado como contrato de execução, e, desta forma, reconhecido no ativo intangível à medida que os investimentos são efetuados (Nota 9).

(c) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de até 5 anos.

2.12 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

As mesmas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.13 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia e sua controlada têm uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação.

2.14 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadorias

A Companhia e sua controlada oferece aos empregados um plano de previdência privada, estruturado na modalidade de contribuição definida, cujo objetivo é proporcionar a acumulação de recursos que

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

poderão ser transformados em renda mensal, com o intuito de complementar o benefício oferecido pela Previdência Social. O plano possui contribuições voluntárias dos participantes, via desconto em folha de pagamento, e também contribuições da Companhia cuja contabilização é registrada no resultado no grupo de despesas com pessoal em contrapartida no passivo circulante. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada.

(b) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos lucros com base em regime de competência, de acordo com a política de remuneração da Companhia. No exercício de 2019 a despesa reconhecida para esta rubrica foi de R\$ 8.220 (2018 - R\$11.220).

2.15 Reconhecimento da receita

A Companhia e sua controlada reconhecem as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e sua controlada, conforme descrição a seguir. A Companhia e sua controlada baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

(a) Receitas de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e sua controlada. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Controlada não gerou receitas.

(b) Receitas de construção

Receita de construção é reconhecida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber referente aos investimentos realizados, representados principalmente pela aquisição de ativos e serviços, para a realização de melhorias na infraestrutura do sistema ferroviário (Nota 17 (a)). A receita de construção é determinada e reconhecida segundo o método de custo acrescido de margem, que é próxima à zero, pois não há operação nos ativos enquanto estão sendo construídos.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia e sua controlada fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o exercício social corrente, estão contempladas a seguir.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Perda (*Impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo ou o grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas de *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro e não financeiros ou grupo de ativos financeiros e não financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foram identificadas pela administração, evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment*, tanto para os ativos financeiros quanto para os não financeiros.

(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis e sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. As alíquotas desses tributos são definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(c) Provisões para contingências e depósitos judiciais

A Companhia estima e atualiza as provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos, com base no histórico de desfechos em seus processos e em taxa média de êxito calculada em conjunto e com amparo da opinião de seus consultores legais externos.

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários. Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais (Nota 16).

(d) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão através da projeção de curva de passageiros, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A administração reconhece que este método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado da demanda e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

(a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

(b) Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

(c) Investimento (passivo a descoberto)

Consiste em investimento em controlada de capital fechado, avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

(d) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos têm suas taxas substancialmente atreladas à variação da TJLP, IPCA e CDI e os valores contábeis aproximam-se do valor de mercado.

(e) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

A Diretoria Financeira é responsável por examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

(f) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Pela natureza de operação da Companhia, os recursos arrecadados com as vendas decorrem do volume de passageiros transportado por mês e cobrem os pagamentos em prazo médio de aproximadamente 30 dias.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado			
	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2019				
Fornecedores e outros passivos *	89.968	2.733	2.733	29.250
Concessão a pagar	4.810	7.337	6.420	-
Empréstimos e financiamentos	68.549	125.785	184.584	452.719
Parcelamentos	34.183	44.922	86.707	-
Em 31 de dezembro de 2018				
Fornecedores e outros passivos*	89.396	86.855	-	-
Concessão a pagar	3.572	3.654	5.481	9.743
Empréstimos e financiamentos	86.926	203.331	304.778	748.945
Parcelamentos	17.700	8.306	-	-

*excluem-se os valores de tributos e contribuições a pagar no montante de R\$ 9.015 (2018 - R\$ 8.613).

Em 31 de dezembro de 2019, o capital circulante líquido consolidado estava negativo em R\$ 2.914.

(g) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra risco de volatilidade dessas taxas.

(h) Risco com taxa de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos denominados em moeda estrangeira referente a adiantamento a fornecedores.

(i) Risco de crédito

A Companhia monitora seus recebíveis frequentemente e, havendo indicativo de risco de não recebimento, efetua provisão para perda.

(j) Cálculo do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”)

A Companhia está sujeita, no seu empréstimo com BNDES e nas Debêntures a *covenants* financeiros referente ao índice de cobertura do serviço da dívida. O cálculo do ICSD pode ser sumariado:

$$\text{ICSD} = \frac{\text{EBITDA (a)}}{\text{Serviço da dívida (b)}}$$

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) EBITDA: Resultado operacional antes das despesas financeiras e do imposto de renda, acrescido da depreciação e amortização; e
- (b) Serviço da Dívida: Amortização de principal + pagamento de juros excetuando amortização de principal e pagamento de juros de dívidas originalmente de curto-prazo renegociadas e amortização antecipada.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro líquido e dos tributos sobre o lucro (i)	83.651	163.258
Amortização (ii)	<u>59.034</u>	<u>54.473</u>
EBITDA	<u>142.685</u>	<u>217.731</u>

(i) Para efeito de cálculo do resultado operacional o item “despesas financeiras” foi entendido como “resultado financeiro líquido” e o item “imposto de renda” como “Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro líquido”.

(ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foram registradas despesas de depreciação, apenas amortização do intangível.

Cálculo do serviço da dívida:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Amortização de principal (i)	83.934	62.015
Amortização de juros (ii)	<u>93.286</u>	<u>108.757</u>
Serviço da dívida	<u>177.220</u>	<u>170.772</u>

(i) Excetua-se amortização de principal de dívidas liquidadas antecipadamente em 2019 (R\$ 451.114, subtraindo: R\$ 249.180 referente a amortização antecipada das Debentures e R\$ 118.000 referente a amortização antecipada do BNDES) (Nota 12 (a) e (b)).

(ii) Excetua-se amortização de juros de dívidas liquidadas antecipadamente em 2019 (R\$ 149.477, subtraindo: R\$ 56.191 referente a amortização antecipada das Debentures) (Nota 12 (b)).

Cálculo do ICSD:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
EBITDA	142.685	217.731
Serviço da dívida	<u>177.220</u>	<u>170.772</u>
ICSD	<u>0,8</u>	<u>1,3</u>

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e sua controlada ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. Para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia e sua controlada monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. O índice de dívida líquida sobre o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é apresentado da seguinte forma:

	Consolidado	
	2019	2018
Total dos empréstimos (Nota 12)	831.637	1.310.387
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(1.176)	(283)
Dívida líquida	830.461	1.310.104
Total do patrimônio líquido	1.038.290	228.331
Total do capital próprio e de terceiros	1.868.751	1.538.435
Índice de alavancagem financeira - %	44	85

A Companhia mantém contrato com empresa coligada denominada F.L.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. (F.L.O.S.P.E.), controlada pela Rio Trens Participações S.A. (RTP), para gerenciamento de recursos e investimentos. O montante dos recursos da SuperVia administrado pela F.L.O.S.P.E., em 31 de dezembro de 2019, é de R\$ 90.600 (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 110.459). (Nota 21).

5 Instrumentos financeiros por categoria - Consolidado

	Custo amortizado	
	2019	2018
Ativos, conforme balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	1.176	283
Contas a receber e outros ativos	398.372	355.791
Sociedades ligadas	90.600	110.459
	490.148	466.533

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Custo amortizado	
	2019	2018
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos	831.637	1.310.387
Fornecedores, concessão a pagar e outros passivos	152.267	167.641
Parcelamentos	165.812	176.274
Sociedades ligadas	3.207	287.577
	1.152.923	1.941.879

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e bancos	1.075	91	1.168	248
Fundo fixo	8	35	8	35
	1.083	126	1.176	283

7 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Contas a receber bilheteria (a)	4.026	3.374	4.026	3.374
Outras contas a receber (b)	14.517	18.449	17.197	22.305
Contas a receber do Estado do Rio de Janeiro/ Flumitrens (c)	72.967	63.077	72.967	63.077
Contas a receber Teleférico do Rio de Janeiro (d)	26.496	26.493	26.496	26.493
Contas a receber Estado do Rio de Janeiro reequilíbrio de energia (Nota 1)	193.913	172.924	193.913	172.924
Outras contas a receber do Estado do Rio de Janeiro (e)	69.176	55.376	69.176	55.376
	381.095	339.693	383.775	343.549
Menos				
Ativo circulante	(114.215)	(103.692)	(116.895)	(107.548)
Ativo não circulante	266.880	236.001	266.880	236.001

- (a) Valores correntes a receber de: (i) bilhetes adquiridos nas estações da Companhia, pagos em espécie, cuja coleta e correspondente depósito na conta-corrente da Companhia é responsabilidade do prestador de serviços de transportes de valores; e (ii) vale-transporte eletrônico administrados pela Fetranspor.
- (b) Valores a receber decorrentes de direito de passagem pela malha ferroviária da Companhia, aluguel de espaço publicitário e comerciais.
- (c) Valores pagos pela Companhia decorrentes de processos sucessórios trabalhistas e cíveis que serão reembolsados pelo Estado, conforme previsto no 6º aditivo ao contrato de concessão. O saldo está sendo classificado no ativo não circulante.
- (d) Valores a receber pela prestação de serviço de operação no sistema Teleférico, sendo calculados pelos custos de prestação de serviço mais margem de 10% e notas de débitos referentes ao reembolso de gastos empregados na prestação do serviço.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (e) Valores a receber decorrentes da gratuidade para estudantes e portadores de necessidades especiais, conforme Lei Estadual nº 4.510/2005.

8 Investimentos

(a) Investimentos em controlada direta

	Ações possuídas pela Companhia	Participação da Companhia no capital social votante - %	Ativo circulante e não circulante	Passivo circulante e não circulante	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício
SC Empreendimentos e participações S.A.	1.000.000	99,99	28.598	31.021	(2.423)	(946)
Em 31 de dezembro de 2019	1.000.000	99,99	28.598	31.021	(2.423)	(946)
Em 31 de dezembro de 2018	1.000.000	99,99	29.943	31.420	(1.477)	(3.240)

A SC Empreendimentos e Participações S.A. ("SC") têm como objetivo a exploração de imóveis cedidos na concessão e aluguel de espaços publicitários.

- (f) Conforme previsto na cláusula oitava do contrato de concessão para exploração dos serviços de transporte ferroviário de passageiros, celebrado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro, a concessionária constituiu a SC como empresa subsidiária com o objetivo de explorar serviços complementares ou serviços adicionais, nas áreas integrantes da concessão inclusive nos espaços aéreos das linhas, estações, construções e terrenos utilizados para obtenção das receitas, desde que não acarrete prejuízo à normal prestação dos serviços.

Movimentação do investimento:

	SC Empreendimentos e Participações S.A.
01 de janeiro de 2018	1.763
Equivalência patrimonial	(3.240)
31 de dezembro de 2018	(1.477)
Equivalência patrimonial	(946)
31 de dezembro de 2019	(2.423)

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Resumo das informações financeiras

O quadro abaixo apresenta o resumo das informações financeiras da controlada:

i Balanço patrimonial sintético

	SC Empreendimentos Participações S.A.	
	2019	2018
Circulante		
Ativo	3.181	29.552
Passivo	(31.021)	(31.419)
	<u>(27.840)</u>	<u>(1.867)</u>
Não Circulante		
Ativo	25.417	390
Passivo	-	-
	<u>25.417</u>	<u>390</u>
Patrimônio Líquido	<u>(2.423)</u>	<u>(1.477)</u>

ii Demonstração do resultado sintética

	SC Empreendimentos e Participações S.A Em reais	
	2019	2018
Receita Bruta	-	7.817
Impostos sobre serviços, deduções e abatimentos	-	(728)
Receita Líquida	-	7.089
Custos/Despesas Totais	(936)	(10.282)
	<u>(936)</u>	<u>(3.193)</u>
Resultado Financeiro	(10)	(47)
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-
Prejuízo do exercício	<u>(946)</u>	<u>(3.240)</u>

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

iii Demonstração dos fluxos de caixa sintética

	SC Empreendimentos e Participações S.A	
	Em reais	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Caixa (aplicado pelas) operações	(65)	(334)
Imposto de renda e Contribuição social pagos	-	-
Caixa líquido (aplicado pelas) atividades operacionais	<u>(65)</u>	<u>(334)</u>
Redução de caixas e equivalentes de caixa, líquidos	<u>(65)</u>	<u>(334)</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	<u>158</u>	<u>492</u>
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	<u><u>93</u></u>	<u><u>158</u></u>

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Intangível - Consolidado

Discriminação	Material		Marcas e		Outorga da		Compensação		Equipamentos		Máquinas		Instalações		Computadores		Móveis e		Total em	Intangível em	Intangível
	rodante	Edificações	patentes	Concessão	Estado RJ	Software	e instalações	automáticas	fixas	e periféricos	Veículos	utensílios	Ferramentas	operação	construção	total					
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018																					
Saldo inicial	534.310	296.950	159	10.866	18.793	6.452	19.452	1.582	290.522	2.535	269	3.172	239	1.185.301	387.731	1.573.032					
Aquisições	1.241	-	-	-	-	19	381	1.993	-	316	-	276	19	4.245	99.056	103.301					
Transferências	15.416	3.370	-	-	-	-	11	-	9.137	-	-	-	-	27.934	(27.934)	-					
Alienação/baixa	-	-	-	-	-	-	(4)	-	-	-	-	(5)	-	(9)	-	(9)					
Amortização	(22.080)	(9.961)	(30)	(353)	(609)	(3.636)	(3.798)	(422)	(11.653)	(1.109)	(123)	(610)	(89)	(54.473)	-	(54.473)					
Saldos em 31 de dezembro de 2018	528.887	290.359	129	10.513	18.184	2.835	16.042	3.153	288.006	1.742	146	2.833	169	1.162.998	458.853	1.621.851					
Custo total	780.843	320.228	716	25.865	23.107	23.529	33.363	21.614	496.195	17.138	1.751	8.562	1.046	1.753.957	458.853	2.212.810					
Amortização acumulada	(251.956)	(29.869)	(587)	(15.352)	(4.923)	(20.694)	(17.321)	(18.461)	(208.189)	(15.396)	(1.605)	(5.729)	(877)	(590.959)	-	(590.959)					
Saldo contábil líquido	528.887	290.359	129	10.513	18.184	2.835	16.042	3.153	288.006	1.742	146	2.833	169	1.162.998	458.853	1.621.851					
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019																					
Saldo inicial	528.887	290.359	129	10.513	18.184	2.835	16.042	3.153	288.006	1.742	146	2.833	169	1.162.998	458.853	1.621.851					
Aquisições	2.830	-	-	-	-	186	550	520	2	691	-	337	78	5.194	94.832	100.026					
Transferências	15.031	38.375	-	-	-	-	2.444	13	62.483	2.953	-	33	-	121.332	(96.202)	25.130					
Alienação/baixa	58	-	-	-	-	-	(1)	-	-	(2)	(11)	-	-	44	-	44					
Amortização	(25.418)	(10.398)	(30)	(353)	(609)	(2.252)	(3.979)	(832)	(13.070)	(1.338)	(76)	(595)	(84)	(59.034)	-	(59.034)					
Saldos em 31 de dezembro de 2019	521.388	318.336	99	10.160	17.575	769	15.056	2.854	337.421	4.046	59	2.608	163	1.230.534	457.483	1.688.017					
Custo total	798.762	358.603	716	25.865	23.107	23.715	36.356	22.147	558.680	20.780	1.740	8.932	1.124	1.880.527	457.483	2.338.010					
Amortização acumulada	(277.374)	(40.267)	(617)	(15.705)	(5.532)	(22.946)	(21.300)	(19.293)	(221.259)	(16.734)	(1.681)	(6.324)	(961)	(649.993)	-	(649.993)					
Saldo contábil líquido	521.388	318.336	99	10.160	17.575	769	15.056	2.854	337.421	4.046	59	2.608	163	1.230.534	457.483	1.688.017					
Taxa de amortização %	curva de demanda	Até 2048	Até 2048	Até 2048	Até 2048	20%	10%	20%	curva de demanda	20%	20%	10%	20%								

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Infraestrutura - consolidado

O custo de investimento em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão é considerado como ativo intangível. O cálculo da parcela mensal sobre a vida útil dos bens, considerando os benefícios econômicos gerados, é reconhecido no resultado como amortização, sendo seu valor calculado em função da curva de demanda de passageiros. A curva de demanda de passageiros é determinada através de um modelo econométrico que utiliza uma regressão linear múltipla juntamente com projeções macroeconômicas. A administração entende este método como o que melhor reflete o padrão de consumo da entidade do benefício econômico futuro do ativo.

(b) Outorga de concessão

A Companhia possui ativo intangível relacionado com o direito de outorga da concessão para exploração do sistema ferroviário, sendo amortizado pelo método linear de acordo com o prazo da concessão de 50 anos que finalizará em 2048.

O valor da outorga, decorrente do Contrato inicialmente firmado, é corrigido pelo IGP-M e, em 31 de dezembro de 2011, o saldo monta em R\$ 10.160 (Notas 1 e 11).

Em 31 de dezembro de 2019, o direito de outorga pago decorrente do oitavo e do nono aditivo contratual, monta a R\$ 1.546.112 (R\$1.482.888 em 2018) por meio da realização de investimentos (Nota 1), considerado como contrato de execução, nos termos do OCPC 05.

(c) Intangível em construção

Refere-se à realização de investimentos tais como revitalização de material rodante e inclusão de ar-condicionado nos trens, revitalização de via permanente, aquisição de novo sistema de sinalização, conforme programa de investimentos adotado pela Companhia.

(d) Amortização

A Companhia realiza anualmente revisão de vida útil de seus ativos e ajusta a taxa de amortização de acordo com a curva de demanda para o grupo de ativos de infraestrutura até o prazo final da concessão que se encerra em 2048.

10 Fornecedores

A Companhia tem política de fluxo de giro de pagamento aos fornecedores em 60 dias, tendo como principal fornecedor a Light Serviços de Energia S.A. Em 2018, a Companhia efetuou acordo de parcelamento dos valores devidos à Light no valor de R\$ 165.498 (Nota 13 (c)). Este parcelamento não implica em renúncia de qualquer direito pleiteado no processo judicial que está transitando na 16ª Vara de Fazenda Pública, referente ao desequilíbrio econômico financeiro do Contrato de Concessão por valores que cabem ser liquidados pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Nota 1).

11 Concessão a pagar - Consolidado

A concessão de transporte ferroviário de passageiros na região metropolitana do Rio de Janeiro foi estipulada inicialmente pelo prazo de 25 anos, prorrogado em novembro de 2010 por igual período conforme Nota 1. O contrato foi assinado em 17 de setembro de 1998, no montante de R\$ 28.000, dos quais R\$ 8.400 foram pagos à vista. Conforme permitido no Edital de Licitação, este montante foi pago com Certificados de Privatização, comprados anteriormente com um deságio de R\$ 2.135, reduzindo o valor do adiantamento para R\$ 6.256.

O saldo restante após 60 meses de carência está sendo pago em 240 parcelas mensais corrigidas pela variação do IGP-M. Até 31 de dezembro de 2019, foram pagas 194 parcelas, e o saldo remanescente, ajustado a valor presente, é de R\$ 18.566 (2018 - R\$ 20.885).

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado	
	2019	2018
Ativo		
Outorga da concessão	25.865	25.865
Amortização acumulada	(15.705)	(15.352)
Intangível (Nota 9)	10.160	10.513
Passivo		
Circulante	4.810	4.810
Não circulante	13.756	16.075
Concessão a pagar	18.566	20.885

12 Empréstimos e financiamentos

	Encargos financeiros anuais (%)	Consolidado	
		2019	2018
BNDES (a)	TJLP + 2,63 e pré 5,63	778.363	952.325
Debêntures Infraestrutura (b)	IPCA + 7,5	59.168	384.689
Outras instituições financeiras (c)	CDI + 1,4 e 1,8	6.747	5.171
(-) Custo de transação (d)		(12.641)	(31.798)
		831.637	1.310.387
Circulante		(68.549)	(115.679)
Não Circulante		763.088	1.194.708

- (a) Linha de crédito aprovada junto ao BNDES, no montante de R\$1.635.927, exclusivo para financiamento de parte do plano de investimento da Companhia, conforme Nota 1. O valor liberado até 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 1.066.203. O valor amortizado em 2019 foi de R\$ 246.108, sendo R\$ 118.000 amortizados antecipadamente e R\$ 128.108 de acordo com o fluxo natural contratado no empréstimo (2018 – R\$ 143.065) (Nota 22).
- (b) Emissão de Debêntures de infraestrutura não conversíveis em ações e mantidas até o vencimento no valor de R\$ 300.000, para o financiamento de parte do plano de investimento da Companhia. Em 14 de dezembro de 2018, foi aprovada, através da Assembleia Geral dos Debenturistas, a alteração do número de parcelas de amortização programada de 17 para 16 parcelas, com a primeira parcela vencendo em maio de 2019 e a última parcela mantendo o seu vencimento em novembro de 2026. Em 31 de maio de 2019, a Companhia realizou a recompra de 83,06% das Debentures em circulação, não realizando o cancelamento deste papéis sendo os mesmos guardados em tesouraria, o valor desta recompra foi de R\$ R\$ 249.118 de principal e R\$ 56.191 de juros. O valor amortizado de acordo com o fluxo natural do contrato em 2019 foi de R\$ 44.777 (2018 – R\$ 27.528) (Nota 22).
- (c) Empréstimo contratado para cobertura de capital de giro.
- (d) Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Principais cláusulas restritivas – Empréstimo BNDES e Debêntures de Infraestrutura

A Companhia obriga-se em garantia do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes destes contratos, a constituir e manter, durante toda a vigência conta reserva aberta junto ao banco depositário (Banco Itaú S.A) na qual deverão permanecer depositados recursos correspondentes ao saldo mínimo estabelecido no Contrato. A Companhia mantém esta conta reserva através de sua gerenciadora de recursos FLOSPE Empreendimentos e Participações S.A e pagamentos denominada para este contrato conforme apresentado na Nota 21.

Para fins exclusivos de distribuição de qualquer recurso aos acionistas, o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) não pode ser inferior a 1,3 (um inteiro e três décimos) ao longo de todo o prazo do financiamento, calculado ao final de cada exercício. Caso o ICSD seja inferior a 1,3 (um inteiro e três décimos) a Companhia não poderá distribuir qualquer recurso aos acionistas. Se o ICSD for inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos) ($ICSD < 1,2$) a Companhia deverá depositar na conta reserva o equivalente a 1/6 (um sexto) do valor da próxima prestação de amortização programada e de juros remuneratórios.

As operações de mútuo com coligadas, controladas e controladoras deverão ser limitadas a R\$ 100 (cem mil reais) anuais e deverão ser informadas imediatamente ao BNDES e aos debenturistas.

A Companhia não deve conceder preferência a outros créditos, fazer amortização de ações, emitir debêntures e partes beneficiárias e assumir novas dívidas de qualquer espécie sem a prévia autorização do BNDES e dos debenturistas, ressalvadas aquelas já previstas em contrato. Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2019 a Companhia contratou um empréstimo junto ao banco Daycoval para cobertura de capital de giro (Nota 12 (c)) sem a prévia autorização do BNDES e dos debenturistas e tem a expectativa de encerrar este empréstimo durante o exercício de 2020.

Em 31 de dezembro de 2019, o ICSD é de 0,8 (2018 – 1,3), conforme Nota 4.1, com exceção desta obrigação e da contratação o empréstimo mencionado acima, as demais obrigações contraídas pela Companhia relativas a estes contratos foram cumpridas em 31 de dezembro de 2019.

Prazos de vencimento

O montante de empréstimos e financiamentos em longo prazo tem a seguinte composição, por ano e vencimento:

	Consolidado	
	2019	2018
2020	-	107.795
2021	64.257	107.554
2022	61.528	106.085
2023	61.528	106.085
2024	61.528	106.085
2025	61.528	106.085
2026 em diante	452.719	555.019
	763.088	1.194.708

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Parcelamentos

	Consolidado	
	2019	2018
Cedae (a)	-	1.392
Light (b)	-	6.758
Light -2018 (c)	165.812	168.124
Total	165.812	176.274
Circulante	34.183	60.500
Não circulante	131.629	115.774

- (a) Em 21 de junho de 2009, a Companhia celebrou Termo de Transação Com Quitação Geral com a Cedae - Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro, para pagamento da dívida acumulada no período de janeiro de 1999 a maio de 2009, onde, as partes chegaram a um consenso, por meio do qual a Companhia se comprometeu a pagar à Cedae a importância total de R\$ 10.958, dividida em 120 (cento e vinte) parcelas mensais, corrigidas anualmente, pelo IGPM/FGV, este parcelamento foi totalmente liquidado durante o ano de 2019.
- (b) Em 06 de maio de 2016, a Companhia celebrou acordo Termo de Quitação e Outras Avenças com a Light Serviços de Energia S.A., para pagamento de dívida acumulada de janeiro de 2015 a fevereiro de 2016, por meio do qual a Companhia se comprometeu a pagar à Light a importância total de R\$ 48.661 dividida em 36 (trinta e seis) parcelas mensais fixas, sendo que todas as parcelas foram liquidadas durante o ano de 2019.
- (c) Em 30 de julho de 2018, a Companhia celebrou acordo Termo de Quitação e Outras Avenças com a Light Serviços de Energia S.A., para pagamento de dívida acumulada do período compreendido entre junho de 2016 a junho de 2018, por meio do qual a Companhia se comprometeu a pagar à Light a importância total de R\$ 165.498, sendo pago no exercício de 2018 a importância de R\$ 38.412. Em 24 de junho de 2019, foi incluído neste parcelamento a importância de R\$48.149, referente ao saldo em aberto das faturas do período compreendido entre julho de 2018 a março de 2019. O saldo remanescente R\$ 175.235 será pago em 60 (sessenta) parcelas corrigidas mensalmente por CDI x 180%, com a primeira parcela em junho de 2019 e a última parcela com o seu vencimento em maio de 2024. Até 31 de dezembro de 2019, foram pagas 07 parcelas totalizando o valor de principal de R\$ 31.312.

14 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui registros de seus créditos tributários diferidos decorrentes dos prejuízos para fins de imposto de renda e da base negativa da contribuição social e adições temporárias suportado pelo modelo financeiro adotado no plano geral de negócio aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado	
	2019	2018
Prejuízo fiscal	551.199	503.211
Base negativa	565.857	512.870
Provisão para Contingências	68.059	21.210
Participação no resultado	6.220	2.157
Imposto de renda 25%	155.147	131.645
Contribuição social 9%	57.612	48.261
	<u>212.759</u>	<u>179.906</u>

Passivo imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado	
	2019	2018
Amortização do intangível	402.910	318.341
Ajuste a valor presente - Concessão a pagar	2.213	3.169
Imposto de renda 25%	101.281	80.377
Contribuição social 9%	36.461	28.936
	<u>137.742</u>	<u>109.313</u>

Em 31 de dezembro de 2019, o imposto de renda e a contribuição social diferidos líquidos montam em R\$ 75.017 (2018 – R\$ 70.593).

(b) Período estimado de realização do ativo

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios na data prevista de tais projeções.

O saldo do ativo diferido apresenta a seguinte expectativa de realização:

Ano	Consolidado	
	2019	2018
2021	-	15.436
2022	-	25.308
2023	33.652	41.406
2024	34.994	71.477
2025	37.002	26.279
2026	34.348	-
2027	51.419	-
2028	21.344	-
	<u>212.759</u>	<u>179.906</u>

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

(c) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados na demonstração do resultado está apresentada no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(21.253)	40.269	(21.253)	40.269
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal (nominal) combinada	7.226	(13.691)	7.226	(13.691)
Ajustes permanentes nas bases de cálculo do IR e da CSL				
Adições e exclusões permanentes	(2.479)	(3.010)	(2.481)	(3.791)
IR e CSL constituídos de anos anteriores	-	3.114	-	3.114
Crédito tributário não reconhecido	-	-	(320)	(321)
Resultado de participações societárias	(322)	(1.102)	-	-
Efeito IR/CSL resultado - Lucro Real	4.425	(14.689)	4.425	(14.689)
Composição do IR e da CSL				
IR/CSL Lucro Real - Corrente	-	-	-	-
IR/CSL Lucro Real - Diferido	4.425	(14.689)	4.425	(14.689)
Total do IR e CSL resultado - Lucro Real	4.425	(14.689)	4.425	(14.689)
Ativo	31/12/2018	Constituição	(Realização)	31/12/2019
Contrapartida no resultado:				
Prejuízo fiscal e base negativa	172.126	16.496	-	188.622
Provisão para contingências	8.220	18.682	(2.754)	24.148
Provisão para participação nos resultados	(440)	2.115	(1.686)	(11)
Subtotal	179.906	37.293	(4.440)	212.759
Total dos créditos tributários diferidos ativos	179.906	37.293	(4.440)	212.759
Passivo				
Contrapartida no resultado:				
Diferença na estimativa da amortização contábil x fiscal	108.236	(20.032)	48.786	136.990
Ajuste a valor presente de concessão a pagar	1.077	(325)	-	752
Subtotal	109.313	(20.357)	48.786	137.742
Total dos débitos fiscais diferidos passivos	109.313	(20.357)	48.786	137.742
Total dos tributos diferidos líquidos	70.593	57.650	(53.226)	75.017

15 Patrimônio líquido

Em 28 de maio de 2019, ocorreu aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 826.787, sendo R\$ 550.000 em espécie e R\$ 276.787 em ativos a receber da Companhia (Nota 21 (iii) e (iv)) representados por 214.750.041.153 novas ações. Assim, o capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 1.206.027 (R\$ 1.186.087 integralizado e R\$ 16.940 a integralizar), representado por 252.673.988.360 em ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, das quais 100,00% pertencem a Rio Trens Participações S.A. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da assembleia geral.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Provisões para contingências e depósitos compulsórios e judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa, como na judicial. Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, com amparo da opinião de seus consultores legais externos.

- (a) A Companhia apresenta os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Consolidado			
	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2019	2018	2019	2018
Contingências trabalhistas e previdenciárias (c) (i)	14.648	12.534	13.898	3.145
Reclamações cíveis (c) (ii)	4.287	5.103	51.657	18.065
Contingências tributárias (c) (iii)	-	-	2.504	-
	<u>18.935</u>	<u>17.637</u>	<u>68.059</u>	<u>21.210</u>

A administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, avalia que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada processo são suficientes e não existe necessidade de provisões adicionais às demonstradas acima.

- (b) A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.145	18.065	-	21.210
Adições	11.752	40.691	2.504	54.947
Pagamentos	(1.438)	(9.531)	-	(10.969)
Reversão líquida	439	2.432	-	2.871
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>13.898</u>	<u>51.657</u>	<u>2.504</u>	<u>68.059</u>

A Companhia estima provisões para processos de perdas prováveis, com base no histórico de desfechos em seus processos cíveis e em taxa média de êxito calculada em conjunto com seus assessores jurídicos externos. Desta forma, a administração entende que a provisão contabilizada representa a melhor estimativa/expectativa de perda em 31 de dezembro de 2019.

- (c) A natureza das obrigações pode ser sumarizada como segue:
- Contingências trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de ex-empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago em demissões.
 - Ações cíveis - consistem, principalmente, em reclamações de natureza cível e ações de responsabilidade civil incidentes sobre a operação.
 - Contingências tributárias - consistem, principalmente, em execuções fiscais de multas contratuais aplicadas pela AGETRANSP em processos regulatórios.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (d) Perdas possíveis, não registradas no balanço patrimonial

A Companhia tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, nos montantes estimados de R\$ 421.177 e R\$ 48.642 (2018 – R\$ 453.620 e R\$ 82.679), respectivamente.

17 Receitas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita de construção (a)	100.148	103.641	100.148	103.641
Receita de operação				
Bilheteria	683.111	629.417	683.111	629.417
Aluguéis de espaços publicitários e comerciais (Nota 7 (b))	20.037	10.047	20.037	17.863
Direito de passagem e outras receitas (b)	3.721	3.083	3.721	3.083
Receita Estado do RJ - Gratuidade (c)	13.800	11.466	13.800	11.466
	720.669	654.013	720.669	661.829
Impostos sobre serviços, deduções e abatimentos	(16.103)	(13.851)	(16.103)	(14.578)
	<u>804.714</u>	<u>743.803</u>	<u>804.714</u>	<u>750.892</u>

(a) Receita de construção refere-se aos investimentos, representados principalmente pela aquisição de ativos e serviços, para a realização de melhorias na infraestrutura do sistema ferroviário.

(b) Receita decorrente da cessão do direito de passagem às composições da MRS Logística pela malha ferroviária da Companhia, de aluguéis de espaços publicitários e comerciais e da prestação de serviço de operação do sistema Teleférico.

(c) Total de receita registrada de gratuidade concedida a estudantes e deficientes, cujo pagamento pelo Poder Concedente é garantido pelo contrato de concessão.

18 Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Salários e benefícios a empregados	176.769	163.809	176.769	163.809
Materiais	26.034	24.345	26.034	24.345
Energia elétrica	91.464	65.329	91.464	65.894
Segurança	35.623	27.679	35.623	30.907
Limpeza e higienização	16.673	15.409	16.673	16.440
Manutenção e conservação	16.718	16.302	16.718	16.302
Outros serviços prestados	9.368	9.359	9.368	9.359
Custos administrativos	17.405	13.711	17.408	13.963
Custos com amortização	54.975	49.429	54.975	49.429
Custos dos serviços prestados	<u>445.029</u>	<u>385.372</u>	<u>445.032</u>	<u>390.448</u>

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Contingências (Nota 16 (b))	88.644	19.764	88.649	19.765
Salários e benefícios a empregados	40.209	31.247	40.209	32.792
Honorários da administração	9.566	6.454	9.566	6.454
Consultoria	6.213	5.318	6.215	5.985
Assessoria jurídica	17.608	13.892	17.608	13.978
Frete	3.342	3.439	3.342	3.485
Outras despesas	17.518	14.349	17.643	14.819
Despesas gerais e administrativas	183.100	94.463	183.232	97.278

20 Receita e despesas financeiras líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas financeiras				
Juros empréstimos bancários	(86.044)	(96.735)	(86.044)	(96.735)
Varição monetária concessão a pagar	(2.517)	(2.856)	(2.517)	(2.856)
Impostos sobre operações financeiras	(75)	(244)	(75)	(244)
Remuneração por garantia (Nota 21 (iii))	(805)	(6.574)	(805)	(6.574)
Juros com empréstimos com partes relacionadas (Nota 21 (iv))	(9.973)	(23.441)	(9.973)	(23.441)
Outras despesas financeiras	(16.614)	(6.241)	(16.631)	(6.292)
	(116.028)	(136.091)	(116.045)	(136.142)
Receita financeira				
Varições monetárias	5.357	7.253	5.360	7.255
Receita aplicação financeira	5.709	5.827	5.713	5.828
Outras receitas financeiras	67	70	68	70
	11.133	13.150	11.141	13.153
Resultado financeiro líquido	(104.895)	(122.941)	(104.904)	(122.989)

21 Partes relacionadas

Transações e saldos

	Controladores		SC Empreendimentos e Participações S.A		FLOSPE Empreendimentos	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Outras contas a receber (i)	-	-	30.986	31.334	-	-
Conta corrente (gestão de caixa) (ii)	-	-	-	-	90.600	110.460
Remuneração por garantia (iii)	3.207	63.467	-	-	-	-
Contratação de mútuo (iv)	-	224.110	-	-	-	-
Despesas financeiras (Nota 20)	10.778	30.015	-	-	-	-

(i) Refere-se a contrato de prestação de serviços via reembolso de despesas incorridas pela Companhia compartilhadas com a SC Empreendimentos e Participações S.A.

(ii) Em 2013, a Companhia firmou contrato com sua coligada F.L.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. (F.L.O.S.P.E.), controlada pela Rio Trens Participações S.A. (RTP), para gerenciamento de recursos e pagamentos a fornecedores dos valores referentes ao seu programa de investimento (Nota 12 (c)) e gestão de seu caixa. Os créditos a serem recebidos junto a F.L.O.S.P.E. em 31 de dezembro de 2019 montam em R\$ 90.600. O contrato de prestação de serviços com a Companhia prevê pagamentos mensais à F.L.O.S.P.E. de R\$ 90 em 2019 (2018 – R\$ 232) a título de taxa de administração pela prestação do serviço acima mencionado (R\$ 1.080 em 2019 e R\$ 2.784 em 2018).

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) Em 2015, a Companhia firmou contratos de remuneração por garantias prestadas com as Controladoras para suporte financeiro dos principais empréstimos contratados. Em 28 de maio de 2019, a RTP aumentou o capital social da Companhia, sendo parte com este ativo a receber no valor de R\$ 53.538 (Notas 1 e 15).
- (iv) Em 2016, a Companhia firmou contrato de mútuo com a Odebrecht Mobilidade S.A., controladora na época, no valor de R\$ 122.299. Em 2017, foi adicionado o valor de R\$ 32.102 e em 2018 foi adicionado o valor de R\$ 8.663, totalizando R\$ 163.064, a ser pago em parcela única com vencimento para abril de 2019, com encargos financeiros anuais de CDI + 5% ao ano. Em 28 de maio de 2019, a RTP aumentou o capital social da Companhia, sendo parte com este ativo a receber no valor de R\$ 223.249, liquidando o valor devido no contrato (Notas 1 e 15).

22 Outros passivos

	Consolidado	
	2019	2018
Receita antecipada (a)	36.994	39.634
Tributos a pagar	8.821	8.613
Outras obrigações	22.304	11.293
Total	<u>68.119</u>	<u>59.540</u>
Circulante	33.207	22.327
Não circulante	34.912	37.213

- (a) Em 21 de junho de 2018, a Companhia celebrou um contrato cedendo o direito e uso dos imóveis e espaços comerciais da Estação Central do Brasil para exploração comercial à RCHOR 16 Gestão Patrimonial e Participações Ltda, no valor de R\$ 41.000 pelo período de 15 anos. Este contrato prevê que em caso de rescisão antes do prazo estabelecido para o seu término, a Companhia se compromete a restituir a contraprestação devida deste valor na proporção do prazo restante para o término do contrato. Portanto, em atendimento ao CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, esta receita está sendo diferida pelo seu prazo contratual. No exercício de 2019, o valor da receita registrada no resultado do exercício foi de R\$ 2.724 (2018 – R\$ 1.367).

23 Demonstrações dos fluxos de caixa (Consolidado)

Abaixo estão demonstradas movimentações das atividades de financiamentos e investimentos que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa e, portanto, foram excluídas das demonstrações dos fluxos de caixa nos exercícios nessas rubricas.

Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Fluxo de caixa das atividades de financiamento				Itens que não afetam o caixa		2019
	2018	Novos empréstimos	Pagamento de empréstimos	Juros pagos	Juros provisionados		
BNDES	952.323	-	(176.147)	(69.960)	72.145		778.361
Debêntures Infraestrutura	384.688	-	(271.106)	(79.042)	24.627		59.167
Outras instituições financeiras	5.174	5.000	(3.861)	(474)	911		6.750
(-) Custo de transação	(31.798)	-	-	-	19.157		(12.641)
Total	1.310.387	5.000	(451.114)	(149.476)	116.840		831.637
	Fluxo de caixa das atividades de investimento		Itens que não afetam o caixa				
	2018	adições	baixas	amortização	Juros capitalizados	Transferência	2019
Ativo intangível	1.621.851	69.316	44	(59.034)	30.710	25.130	1.688.017
	Fluxo de caixa das atividades de financiamento		Itens que não afetam o caixa				
	2018	aumento de capital	Remuneração por garantia	Contrato de mútuo			2019
Capital social	359.300	550.000	53.538	223.249			1.186.087

	Fluxo de caixa das atividades de financiamento				Itens que não afetam o caixa		2018
	2017	Novos empréstimos	Pagamento de empréstimos	Juros pagos	Juros provisionados		
BNDES	1.008.464	-	(61.842)	(81.223)	86.924		952.323
Debêntures Infraestrutura	370.009	-	-	(27.528)	42.207		384.688
Outras instituições financeiras	259	5.000	(173)	(6)	94		5.174
(-) Custo de transação	(34.752)	(3.160)	-	-	6.114		(31.798)
Total	1.343.980	1.840	(62.015)	(108.757)	135.339		1.310.387
	Fluxo de caixa das atividades de investimento		Itens que não afetam o caixa				
	2017	adições	baixas	amortização	Juros capitalizados	2018	
Ativo intangível	1.573.032	64.695	(9)	(54.473)	38.606	1.621.851	

24 Cobertura de seguros

Conforme definido no contrato de concessão, cabe à Companhia manter em vigor as apólices de seguro necessárias, com o objetivo de garantir a efetiva cobertura dos riscos inerentes ao desenvolvimento das atividades abrangidas pela concessão, referentes a danos materiais, responsabilidade civil, lucros cessantes, cobertura da execução das obras do Programa de Recuperação de Material Rodante e do Programa de Serviços e Obras e seguros obrigatórios contra acidentes de trabalho de seus próprios empregados ou de suas subcontratadas.

A administração da Companhia entende que o montante segurado é suficiente para cobrir todos os riscos eventualmente existentes.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros.

Ramos	Importâncias seguradas	Prazo de vencimento
Responsabilidade civil	75.000	04/09/2020
Risco Operação	250.000	04/09/2020
Responsabilidade civil/diret./acionistas	30.000	04/07/2020

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Companhia.

* * *